

*Economia
Brasil*

Contas externas não podem paralisar o País, adverte Beltrão.

JORNAL DA TARDE

15 ABR 1983

Classificando a recessão de "remédio intolerável e desnecessário", o ministro Hélio Beltrão, da Previdência Social e da Desburocratização, destacou em discurso pronunciado ontem em Salvador, em agradecimento a homenagem prestada pelo Rotary Club da Bahia:

— Um país em que há tanta coisa por fazer não pode ficar paralisado à espera de que se resolva o problema de suas contas externas.

Em seu discurso, o ministro analisou a conjuntura nacional e indicou soluções sintetizadas no combate à recessão e ao desemprego, na eliminação das carências básicas, na batalha contra o desperdício e na luta pela descentralização administrativa e econômica, "tarefas que exigem a união dos brasileiros de boa fé".

Para Hélio Beltrão, sem subestimar a gravidade do problema das contas externas, ele será resolvido "não só porque o País é gritantemente viável como porque o equacionamento da dívida interessa à própria estabilidade do sistema político e financeiro internacional, dentro do quadro traçado na ONU pelo presidente Figueiredo".

O inimigo

Afirmando que o Brasil vai crescer e que nosso compromisso é com o futuro, o ministro da Previdência destacou que "nosso inimigo é a recessão, que gera desemprego, a insegurança e o desânimo". E acrescentou:

— Recessão que, no caso brasileiro, constitui remédio intolerável e desnecessário, visto que o País pode continuar a crescer e gerar empregos sem agravar o desequilíbrio cambial nem prejudicar o esforço de exportação.

Dentro desse quadro, Beltrão disse que o caminho é bem claro:

— A maioria dos brasileiros ainda não dispõe de condições mínimas de bem-estar; ainda padece de carências essenciais no tocante à alimentação, educação, saúde e saneamento, habitação, vestuário e transporte coletivo.

A "eliminação da pobreza" po-

derá constituir "o novo motor de nosso desenvolvimento, dotado de infinitas possibilidades", disse ainda o ministro. Para tanto, acrescentou, é preciso dirigir com mais nitidez os esforços do governo e das empresas privadas "para a tarefa prioritária de elevar substancialmente a oferta de bens e serviços essenciais ao consumo popular". Com o atendimento prioritário ao social, continuou ele, "se atenderá simultaneamente ao econômico, visto que essa orientação implicará aumentar o nível de emprego sem pressionar as importações, utilizar tecnologia e recursos abundantes no País, reforçar setores menos dependentes do Exterior e fortalecer a empresa privada nacional, com reflexos positivos do lado da demanda, dentro do próprio mercado popular".

Juros e desemprego

Beltrão disse ainda que, entre outras medidas para fortalecer a estrutura empresarial e reanimar o setor econômico, a "mais importante e de indiscutível urgência é a redução das taxas de juros e a instituição de mecanismos indispensáveis à capitalização da empresa privada nacional".

Quanto ao problema do desemprego, afirmou que "gerar empre-

sas" é a melhor maneira de enfrentá-lo, e que o presidente Figueiredo acaba de dar o sinal verde ao projeto do "Estatuto da Microempresa", que está concluindo para submeter ao Congresso Nacional. O que se pretende, continuou o ministro, é liberar a pequena empresa nascente de todas as exigências burocráticas e obrigações fiscais, tanto federais como estaduais.

Nesta "hora de crise" Beltrão pregou o fim do desperdício, cuja taxa embutida no sistema econômica e administrativo ele classifica de "alarmante" e pode ser vista nas estruturas burocráticas, "na suntuosidade de nossos edifícios públicos e na tendência à realização de empreendimentos adiáveis ou não essenciais".

Para tudo isso, no entanto, Beltrão entende que o fundamental é a descentralização administrativa, "porque o centralismo burocrático é o problema mais grave deste país" e "todos os demais não passam de subprodutos".

O ministro afirmou ainda que "o governo federal está começando a pagar um preço político muito alto pela exagerada soma de poder que acumulou em suas mãos" e que confia na aceleração do projeto descentralizador.